

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS GESTORES DO MUNICÍPIO DE TUCANO – BAHIA

Maria Conceição Pimentel dos Santos

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS – Brasil
pimentel.pedagogia@gmail.com

Introdução

O conceito de inclusão escolar pauta-se nos ideais democráticos, em um exercício constante de alteridade. Não há inclusão se o diferente não for somado à tessitura social, pois, conforme apregoa Mendes (2002, p. 61), a inclusão social e, por sua vez, a inclusão escolar “[...] está atrelada à construção de uma sociedade democrática, na qual todos conquistam sua cidadania e na qual a diversidade é respeitada e há aceitação e reconhecimento político das diferenças.”

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), anuncia que o movimento pela educação inclusiva ocorre em nível mundial, em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem qualquer forma de discriminação. Estas prerrogativas apareceram sobremaneira nos discursos e nos documentos legais produzidos até então, todavia faltavam diretrizes claras que focalizassem a educação na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2008, p. 1).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de implantação/encenação da PNEE-EI na Rede Municipal de Educação de Tucano-Bahia, de 2005 a 2012, recortando, especificamente, a identificação dos desafios enfrentados pelos gestores educacionais no âmbito do município durante o processo de implantação da referida Política, no contexto da prática.

Percorso Metodológico

A abordagem teórico-metodológica é o Ciclo de Políticas, de Stephen J. Ball e Richard Bowe (Apud MAINARDES, 2006; 2007) e trata-se de uma pesquisa qualitativa, orientada por um estudo de caso (YIN, 2010), tendo como instrumentos grupo focal, entrevista semiestruturada, documentos oficiais, visando a recolha dos dados necessários à consecução do presente trabalho, que foram analisados a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

O processo de implantação da PNNE-EI e seus desafios

Ao dar os primeiros passos para disseminar e implantar a política de educação inclusiva, o município de Tucano partiu para o enfrentamento de uma realidade que estava instituída como única – em se tratando de Educação Especial –, pois a cultura local admitia com naturalidade as pessoas com deficiências segregadas no interior da Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae), única instituição, até aquele momento, a dar visibilidade às pessoas com deficiência no âmbito local. Alterar essa ordem, com a possibilidade de convivência com pessoas sem deficiências no ambiente escolar, não era bem vista, pois demandaria que as escolas se reorganizassem, os profissionais se abrissem à nova perspectiva, a própria Semec proporcionasse formação e a comunidade escolar (alunos, pais, funcionários) assimilassem esta nova ordem.

Ao se depararem com essa nova realidade, os gestores da Semec e das escolas passaram a lidar com muitos desafios, a exemplo de medo e insegurança diante do novo, falta de formação, de recursos e de espaços estruturados, conforme manifestado em alguns depoimentos. A gestora Rita apontou que, de início, o medo do novo, de algo que não tinha costume, provocou desespero, levando-a a se preocupar sobre como se sairia e como ensinaria, revelando a insegurança vivenciada pelos educadores, ao tomarem conhecimento sobre como se daria a inclusão das crianças com deficiências nas escolas da rede regular de ensino. Tal situação sugestiona que o paradigma adotado até aquele ano, no município de Tucano, era o da segregação, contrariando, assim, a perspectiva defendida pelo programa do Ministério da Educação (MEC).

A gestora Rita revelou que a apreensão dos professores se dava pelo fato de eles desconhecerem como se daria a mediação pedagógica entre os docentes e as crianças com deficiência e de como seria o desempenho do professor ao se deparar com elas em sala de aula. Isso tudo se constituiu em um grande desafio para os docentes, diante de uma nova realidade para a qual não se achavam ‘preparados’. Segundo a gestora, os professores, quando da implantação do Programa, se preocupavam, também, com a avaliação que os colegas de profissão fariam sobre a sua performatividade, ao trabalharem com crianças com deficiências. Segundo Ball (2005, p 543), “a performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança.”

A gestora Geralda comentou que uma das dificuldades foi a formação dos professores. Segundo ela, mesmo com alguns recursos disponibilizados para investirem em seus estudos e pesquisas, demonstravam não querer ler os materiais impressos. Para a depoente essa falta de interesse pela leitura e aprofundamento comprometia a formação. Todavia, é importante buscar o significado do que é chamado ‘falta de interesse’ e o que isso representa para cada professor ou grupo de professores. Os depoimentos de outras gestoras apontaram que a gestão municipal colocou o tema

Educação Inclusiva como foco em todas as jornadas pedagógicas, no início dos anos letivos subsequentes, após a realização do primeiro Curso de Formação de Gestores e Educadores, ocorrido a partir da adesão do município ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.

Sobre a falta de recursos materiais e financeiros e de espaços estruturados, os depoimentos revelaram que nem sempre tais recursos foram usados de forma correta. A gestora Marta avaliou que uma das distorções ocorridas no município tratava da utilização indevida dos recursos materiais e financeiros. Alguns profissionais das escolas tinham dificuldade de compreender que o material enviado pela Secretaria de Educação Especial/MEC era destinado à Sala de Recursos Multifuncionais, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado às crianças e jovens com deficiência matriculadas nas classes regulares, bem como às adaptações arquitetônicas.

Considerações finais

A manifestação dos sentimentos de medo e insegurança que permearam as ações profissionais do gestores ratificou o que é natural, quando as pessoas se deparam com o desconhecido. O interessante de tudo isso é que esses profissionais partiram para a luta, porque uma política, em seu contexto de prática, precisa ser “representada em seu contexto material” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305). Desse modo, como atores, em um “palco”, entendido como o microcontexto da Semec ou das escolas, os gestores “encenaram” um texto que, em 2005, estava nos documentos orientadores do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, ainda como embrião para a PNEE-EI de 2008, em um processo de interpretação permeado de crenças e valores. Por isso, alguns gestores deram mais e outros menos ênfase ao movimento em prol da Educação na perspectiva inclusiva. Levando em consideração esses aspectos, foram se dando conta das lacunas que tinham, dos ajustes que precisavam fazer, das dificuldades que teriam de enfrentar. Um processo nada simples, em virtude de ser um momento impregnado de lembranças e desafios difíceis.

Todas as dificuldades enfrentadas, que envolvem a relutância das pessoas, que impelem para o não agir, que impossibilitam a ação, têm uma simbologia, representam um poder simbólico (BOURDIEU, 1989), é um poder não violento e, segundo Bobbio (2004, p. 67) “a resistência passiva consiste em comportamentos comissivos ou omissivos”. Entendo que a resistência tem dois lados: o bom, que permite questionar, refutar e melhorar, de característica “comissiva” e o outro, que causa imobilidade, inatividade, de característica omissiva e esta foi a que identifiquei nos depoimentos dos gestores como dificuldade para colocar a PNEE-EI.

Referências

BALL, Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35 n 126, p. 539 – 564, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a02n126.pdf>> Acesso em: 17 de agosto de 2014.

BARDIN, Lawrence. Análise de Conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Distribuidora no Brasil: Livraria Martins Fontes, 1977

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**– Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MAINARDES, J. Reinterpretando os ciclos de aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. S; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-175.

MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-175.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. & MARINS, S. (orgs.) *Escola Inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002

YIN, Robert. **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.